



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

VIVIANE BESERRA HOLANDA

**AÇÃO SOCIAL E IGREJA CATÓLICA: UM ESTUDO A PARTIR DO TRABALHO
CARITATIVO NA PASTORAL DA CRIANÇA, DO MUNICÍPIO DE ACARAPE.**

REDENÇÃO

2014

VIVIANE BESERRA HOLANDA

AÇÃO SOCIAL E IGREJA CATÓLICA: UM ESTUDO A PARTIR DO TRABALHO
CARITATIVO NA PASTORAL DA CRIANÇA, DO MUNICÍPIO DE ACARAPE.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Humanidades. Orientador: Prof. Dr. Gledson Ribeiro de Oliveira.

REDENÇÃO
2014

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos– CRB-3 / 1219

H669a Holanda, Viviane Bezerra.

Ação social e igreja católica: um estudo a partir do trabalho caritativo na pastoral da criança, do município de Acarape. / Viviane Bezerra Holanda. Redenção, 2014.

43 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Gledson Ribeiro de Oliveira.

Inclui referências.

1. Igreja e problemas sociais. 2. Igreja – Ação social. I. Título.

CDD 261.8

VIVIANE BESERRA HOLANDA

AÇÃO SOCIAL E IGREJA CATÓLICA: UM ESTUDO A PARTIR DO TRABALHO
CARITATIVO NA PASTORAL DA CRIANÇA, DO MUNICÍPIO DE ACARAPE.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Humanidades. Orientador: Prof. Dr. Gledson Ribeiro de Oliveira.

Aprovado em ____ / ____ / _____,

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gledson Ribeiro de Oliveira (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Ivan Maia de Melo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

RESUMO

Este trabalho trata-se de um estudo sobre as ações sociais realizadas pela Igreja Católica por meio da Pastoral da Criança, em Acarape – CE. Estas são práticas sociais voluntárias e que atendem a criança da concepção aos 6 anos. O principal objetivo é analisar como as famílias compreendem este trabalho de origem caritativa e perceber como essas ações se materializam e interferem no espaço onde estão inseridas as Pastorais. Com isto, este trabalho estuda a relação existente entre Igreja Católica, Caridade, Estado e Assistência Social, através do estudo de autores que pesquisam esses temas, tais como: Claudia Neves Silva (2005), Maria Lúcia Martinelli (2001) e Robert Castel (2010). A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica e de campo, utilização de questionário semi-estruturado nas entrevistas com os membros da Pastoral da Criança de Acarape. A pesquisa revela que não existem ações de evangelização diretas durante o trabalho voluntário, como se pensou inicialmente, e que os líderes tem papel fundamental no esclarecimento dos seus atendidos sobre a natureza do trabalho realizado.

Palavras Chaves: Igreja Católica, Caridade, Pastoral da Criança, Acarape – CE.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO I: A TRAJETÓRIA DA CARIDADE	5
1.1 A Igreja Católica e sua contribuição na história da caridade	5
CAPÍTULO II: PASTORAIS SOCIAIS: A NOVA CARIDADE DA IGREJA CATÓLICA.....	15
2.1 O surgimento das pastorais sociais	15
2.2 A Pastoral da Criança em Acarape – CE	19
2.3 O perfil do líder da pastoral da criança e sua percepção sobre os atendidos	23
CAPÍTULO III: CARIDADE X ASSISTÊNCIA: DAS CONTRIBUIÇÕES ÀS NOVAS CONCEPÇÕES.....	26
3.1 Contribuições da Caridade à Assistência	26
3.2 O direito a Assistência Social	29
3.3 A caridade Cristã.....	32
3.4 Pastoral da Criança e o Direito Social.....	34
CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos é possível notar, através de estudos, que a Igreja Católica está presente nos mais diversos segmentos da sociedade, seja nos meios de comunicação, disseminando a liturgia bíblica em novos templos, em instituições fora da Igreja, como presídios, ou mesmo, nas ações Pastorais Católicas, conhecidas como formas comunitárias de realizar ações sociais de forma voluntária, institucionalizadas e realizadas pela Igreja Católica e por membros da comunidade. Estes trabalhos são legitimados pelo “amor ao próximo”, “defesa da vida”, “justiça social” e “caridade”.

A preocupação da Igreja Católica com os menos favorecidos aparece no século XIX, momento de ascensão da burguesia e do total abandono do proletariado. Desta forma, surgem às primeiras agentes sociais, responsáveis por aliviar as necessidades imediatas como a concessão de alimentos, roupas e consolo de sua situação. Ao mesmo tempo, essas agentes sociais pregavam um humanismo cristão, que usavam a caridade para absolvição de seus pecados, por viverem em situação de exploração a classe mais baixa na escala social. E ainda, aproveitavam para pregar uma moral que deveria conter as possíveis revoltas do proletariado.

O interesse na compreensão desse tema surgiu pela proximidade com a assistência social como garantia constitucional e necessidade de entender a relação existente entre caridade e religião. Dessa forma tornou-se necessário compreender como o trabalho de caridade da Igreja Católica evoluiu para práticas sociais organizadas, embasadas pelo poder constitucional, e que mesmo assim, ainda deixam espaço para ações sociais baseadas no trabalho voluntário e na caridade. Neste sentido a pesquisa tem como objeto a Pastoral da Criança de Acarape - CE.

Com este trabalho objetiva-se analisar as ações sociais da Igreja Católica, realizadas através da Pastoral da Criança, no município de Acarape-Ce. E ainda, observar o perfil econômico dos atendidos pela pastoral, analisar como as famílias compreendem o trabalho da Pastoral e como se materializam as ações e os serviços ofertados, tomando por base as mudanças percebidas no contexto onde as famílias e a Pastoral estão inseridas.

Inicia-se este trabalho com o resgate histórico das ações sociais iniciadas pela Igreja Católica, baseada no princípio bíblico da solidariedade e amor ao próximo, até a construção das Pastorais Sociais, organismos vivos da Igreja Católica para com as questões de pobreza e vulnerabilidade social. A análise vai desde os trabalhos realizados pelas primeiras

damas de caridade organizadas pelo Estado, Burguesia e Igreja, e a construção das Pastorais Sociais, como instituições de enfrentamento direto da questão social contemporânea. As Pastorais Sociais realizam ações de evangelização, sensibilização, conscientização e organização social, com o intuito de promover uma melhor situação de vida aos socialmente vulneráveis.

No capítulo 2, disserta-se sobre a construção das Pastorais Sociais, seus principais objetivos e sua missão na sociedade, sendo totalmente voltadas para os casos de vulnerabilidade. É neste capítulo que se descreve o surgimento da Pastoral da Criança em Acarape – CE, sendo esclarecidas suas especificidades, sua missão com o público atendido e qual o perfil do líder, responsável pelo contato direto e contínuo com o público atendido. A Pastoral da Criança trabalha baseada na missão de trazer informação e dignidade nos casos onde a vulnerabilidade está perceptível e a vida acaba sendo ameaçada.

Já no capítulo 3, estuda-se a relação existente entre a caridade e o direito à assistência social como política pública. Ressalta-se a diferença entre as duas práticas, como elas podem caminhar de forma conjunta, direta ou indiretamente, e como é frágil a relação do público alvo das políticas sociais e das ações de caridade, para com a compreensão do serviço que estão acessando, tendo ligação direta com o perfil econômico do usuário. É feita ainda uma comparação entre o trabalho de caridade cristã e o direito social conquistado através da legislação.

A pesquisa para realização deste trabalho dividiu-se em dois momentos: estudo bibliográfico e pesquisa de campo. Realizei na Paróquia de São João Batista, município de Acarape – CE, entrevistas com líderes e coordenadores da Pastoral da criança, e ainda serviram como fonte de pesquisa o site oficial da Pastoral da Criança, o Guia do Líder da Pastoral da Criança, o Jornal da Pastoral da Criança e a FABS - Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade.

Para a pesquisa bibliográfica foram trabalhos de: Robert Castel (2010), que trata dos conceitos relacionados à questão social, Maria Lucia Martinelli (2001), que discorre sobre as primeiras expressões de caridade, Maria Carmelita Yazbek (2012), que trabalha com o tema Pobreza, e Claudia Neves Silva que desenvolve pesquisas relacionadas à Assistência Social, Igreja Católica e Caridade, desde o ano de 2003.

I: A TRAJETÓRIA DA CARIDADE

1.2 A Igreja Católica e sua contribuição na história da caridade

A assistência ao próximo enquanto caridade, ou mesmo, prática social, surgiu vinculada à Igreja Católica. Todas as práticas e comportamentos dos fiéis direcionadas ao próximo eram baseados na conduta cristã de ajuda mútua, em especial dos mais afortunados para com os menos favorecidos. É a partir dessas ações que surgem as políticas de Assistência Social, com suas raízes vinculadas à solidariedade realizada pelas damas de caridade da Igreja Católica. Somente décadas depois o Estado toma a frente e passa a desenvolver meios que visam o combate às diversas faces da questão social.

A “questão social” pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. (...) As populações que dependem de intervenções sociais diferem, fundamentalmente, pelo fato de serem ou não capazes de trabalhar, e são tratadas de maneira completamente distinta em função do critério (CASTEL, 2010, p. 41).

Essas práticas assistenciais estão desde a Antiguidade relacionadas à noção de caridade. Martinelli (2001) destaca que no velho Egito, na Grécia, na Itália, na Índia e nos mais diferentes pontos do mundo antigo a assistência era realizada pelas confrarias¹, que eram originárias das Confrarias do Deserto, cujo surgimento remonta há 3000 anos antes de Cristo, objetivando facilitar as marchas de caravanas no deserto (p. 96). A esse tipo de ajuda cabiam: esmolas, visita domiciliar, concessão de alimentos, roupas, calçados e todo o tipo de bens necessários para aliviar o sofrimento dos necessitados.

Os pobres viviam em situação de miséria e exploração pela burguesia. A busca acelerada pelo lucro por parte da burguesia deixava em situação vulnerável o proletariado. Segundo Martinelli (2001), a organização da prática da assistência, como expressão de caridade cristã, além de ter integrado o tema de vários Concílios, foi objeto de preocupação de muitos teólogos e membros destacados da Igreja, como São Paulo, São Domingos, Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São Francisco, São Bernardo e São Bento (p. 97).

¹ As Confrarias tiveram origem religiosa, conhecidas como centros de ajuda mútua, eram glorificados por suas obras de caridade. As corporações e confrarias tinham cada uma suas tradições, suas festas, seus ritos piedosos e cômicos, canções e insígnias (PORTAL GLÓRIA DA IDADE MÉDIA, 2014).

Desde a era medieval e avançando para épocas mais recentes, que atingiram até mesmo o século XIX, a assistência era encarada como forma de controlar a pobreza e de ratificar a sujeição daqueles que não detinham de posses ou bens materiais. Assim, seja na assistência prestada pela burguesia, seja naquela realizada pelas instituições religiosas, havia sempre intenções outras além da prática da caridade. O que se buscava era perpetuar a servidão, ratificar a submissão (MARTINELLI, 2001, p. 97).

Ao passar dos anos, a Igreja Católica sofreu um processo organizativo como instituição, distanciou-se dos pobres e aliou-se a burguesia. Mesmo assim, a Igreja Católica continuava a proclamar a importância da caridade aos mais humildes, porém essas ações só os deixavam mais isolados dos poderosos, fazendo com que a submissão e a dependência pela burguesia continuassem prevalecendo. Envolvida em lutas de poder e, totalmente vinculada às questões econômicas, evidencia-se claramente que as questões mundanas tornam-se mais importantes que as espirituais.

O tráfico mercantil da época estava tão presente na Igreja que Martin Lutero² percebe que se tornou natural no século XVI a troca de indulgências pelo perdão de Deus. Foi neste momento a abertura encontrada por Lutero para o início da Reforma Religiosa, onde a Igreja dividiu-se entre Catolicismo e Protestantismo.

Lutero, considerado herege pelo Papa Leão X e fundador do protestantismo passou a difundir a nova religião entre uma grande massa de camponeses, “proclamando a supremacia da fé em relação à caridade, da religiosidade interna em vez de manifestações externas” (MARTINELLI, 2001, p. 98). Foi seguindo as ideias da reforma luterana que as práticas assistencialistas tiveram uma relação direta com o Estado, e não mais com a Igreja. Nos países com maior tradição católica, as ideias de Lutero obtiveram pouca, ou mesmo, nenhuma influência nas práticas assistencialistas.

As ideias de Lutero propunham uma assistência com princípios laicos, vista no século XVIII como um direito do cidadão e dessa forma era atribuído a todos o dever de prestá-la. Nesse sentido, ao ser deixada na mão do Estado a assistência ficava, portanto, sem um responsável atuante, relegada a limbo da indeterminação (MARTINELLI, 2001, p. 99). Essa indefinição era conveniente para a burguesia, que conseguiria manter sua hegemonia e domínio sob as classes proletárias. Alguns fatos históricos que ocorreram ainda no século

² Monge teólogo agostiniano, doutor em teologia pela Universidade de Wittenberg (1517) (MARTINELLI, 2001).

XIX foram responsáveis por mudar o papel que os trabalhadores tinham de total submissão diante da burguesia.

Com o objetivo de tornar mais eficaz essa assistência, nasce a Sociedade de Organização da Caridade da aliança entre a burguesia, Estado e a Igreja Católica, objetivando conter as manifestações dos trabalhadores insatisfeitos e o controle da questão social, garantindo dessa forma o melhor andamento da sociedade.

A tarefa de racionalizar a assistência vinha acompanhada da necessidade de organizá-la em bases científicas, esse papel, assumido pela Sociedade de Organização da Caridade, na verdade instituía uma estratégia política através da qual a burguesia procurava desenvolver o seu projeto de hegemonia de classe. Com a manutenção do domínio que tinha sobre a classe operária, a burguesia visava garantir a expansão do capital, assim o controle da assistência era importante para manter os interesses do Estado burguês. A pobreza se alastrava e se tornava um fenômeno mundial, com isso, mesmo com todos os esforços contrários da burguesia, os movimentos operários ganhavam força na sociedade (MARTINELLI, 2001).

Desta forma, a religião foi de grande influência para as primeiras ações de caridade dentro da sociedade inglesa, sendo a burguesia principal contribuinte na organização desse modelo de ajuda, ou caridade.

Em 1851, Florence Nightingale, pertencente a mais alta sociedade inglesa, tendo tomado conhecimento de trabalhos que se desenvolviam na Alemanha pelas diaconisas, e na França pelas irmãs de caridade, resolveu estagiar naqueles locais para melhor conhecê-los. Em ambos, o que estava presente era a preocupação com doentes e com os pobres, e a realização de visitas domiciliares como forma de atenuar seus sofrimentos físicos e sociais (MARTINELLI, 2001, p.102).

Os primeiros contatos de Florence Nightingale³ com as famílias vulneráveis fizeram-na tomar conhecimento da importância das visitas domiciliares como estratégia fundamental para o conhecimento e, posteriormente, importantes na realização de ações educativas. Foi baseando-se na eficácia do contato direto com as famílias operárias onde a burguesia, que compunha a Sociedade de Organização da Caridade, difundiu a ideia de que a assistência social devia ser vista como uma reforma de caráter (MARTINELLI, 2001, p. 103).

³ Florence Nightingale, enfermeira inglesa, foi pioneira no cuidado com pobres e indigentes durante a Guerra da Crimeia. Foi responsável pelos primeiros trabalhos de assistência aos pobres através do modelo de visitas domiciliares, com o objetivo de minimizar os sentimentos físicos e sociais, de pobres doentes, desenvolvendo-se mais tarde atividades no âmbito da educação familiar. (REVISTA ECOLÓGICO, 2013)

Ao crescimento físico da Sociedade de Organização da Caridade correspondeu um significativo prestígio, fazendo com que ao final do século XIX e início do século XX esta fosse a instituição de maior porte no âmbito da assistência social. Sua principal bandeira de luta era a organização científica da assistência, o que levava a uma posição bastante alienada do agravamento da “questão social” propriamente dita. (...) Já em 1893, a sede inglesa da Sociedade ofereceu um primeiro Curso de Formação de Visitadores Sociais Voluntários, em Londres (MARTINELLI, 2001, p. 104).

Segundo Castel (2010),

A organização da assistência com base na domiciliação sistematiza-se com o desenvolvimento das cidades e acarreta, para o tecido urbano, uma transferência das instituições e desses profissionais da assistência que os religiosos já são (p. 70).

O Estado se utiliza de diversos recursos para manter a ordem e seu poder diante da sociedade. Durante os trabalhos da Sociedade de Organização da Caridade, o Estado se valeu de sua influência e acabou utilizando dos instrumentos de trabalho da Sociedade de Organização da Caridade, para fiscalizar a vida pessoal das famílias atendidas. Um exemplo foi o uso do inquérito familiar para fins de inspeção e de repressão aos hábitos das famílias visitadas. Os auxílios e ações de caridade oferecidas por Estado e Igreja tinham o objetivo central de repreender e corrigir as ações da parcela pobre da população.

Desde a promulgação da Lei dos Pobres⁴, o Estado Inglês sofreu diversos embates com o proletariado que se via inconformado com as exigências da lei que previa para o recebimento da assistência a prestação de trabalho para Igreja e Estado. “Houve uma onda de revolta dos trabalhadores contra essa nova Lei dos Pobres, porém, como a correlação de forças naquele momento favorecia a burguesia, ela continuou a ser executada” (MARTINELLI, 2001, p. 105). Com isso, os pobres, doentes e incapacitados acabavam sendo excluídos da proteção da Lei dos Pobres, por não conseguirem dar o lucro que as instituições esperavam, e assim a Lei foi sofrendo modificações com o passar do tempo e o aumento do número de ociosos. Para Castel (2010),

A pobreza não é, pois, apenas um valor de troca numa economia de salvação. Cheia de doença e de sofrimento, santificada por eles, a derrelição dos corpos e inscreve no mistério da remissão. (...) O amor dos pobres não é um dado imediato da

⁴ Promulgada na Inglaterra no início do século XVII, a Lei dos Pobres consistia em um fundo monetário que assistia as pessoas que não tinham trabalho ou condições para trabalhar. A Igreja na época era responsável pelo cuidado desses pobres, os deixando fieis ao sistema do Estado. Cuidavam da alimentação e da saúde, concediam auxílio financeiro, mas impunha aos indivíduos capazes de trabalhar a prestarem serviços em asilos e albergues. (MARTINELLI, 2001)

consciência. É um mistério ao qual o cristão só tem acesso por meio dessa inversão total dos valores... (p. 67).

Martinelli afirma que, já no fim do século XIX, houve uma intensa preocupação com a qualificação científica dos agentes profissionais nas Sociedades de Organização da Caridade, em todas as partes do mundo na qual a instituição estava instalada. Concordando com a tese de que se pretendia criar escolas de Serviço Social, como maneira de qualificar os agentes para o exercício da profissão, Mary Richmond, da Sociedade de Organização da Caridade de Baltimore, exerceu papel fundamental para tornar essa pretensão realidade.

Acolhendo a concepção dominante na sociedade burguesa de que os problemas sociais estavam associados à problemas de caráter, Richmond concebia a tarefa assistencial como eminentemente reintegradora e reformadora do caráter. Atribuía grande importância ao diagnóstico social como estratégia para promover tal reforma e para reintegrar o indivíduo na sociedade (MARTINELLI, 2001, p. 105).

No século XX, o discurso das Sociedades de Organização da Caridade Europeia continuava presente no lema medieval da assistência, “Fazer bem o bem”. O forte vínculo com a Igreja Católica, do qual só se aproximava mais, em especial na França, Bélgica, Itália, Portugal e Espanha, tornava mais forte a identificação do Serviço Social com a doutrina social da Igreja. Tanto a ascensão quanto às crises do capitalismo, levaram sempre ao alastramento da questão social, e com isso a Igreja Católica se ocupa das questões referentes à relação capital-trabalho, criando uma doutrina social que combatia abertamente ao regime capitalista. Considerava intransmissível o direito à propriedade particular dos instrumentos de produção, e defendendo a iniciativa primada como base da organização social e econômica. Martinelli resalta que a Igreja católica, naquele momento, considerava o capitalismo uma ordem social contrária à ética cristã. “As posições centrais de sua doutrina encontravam-se nas encíclicas papais, que embora dirigidas aos ministros da Igreja, como princípios da fé, ganhavam sempre ampla divulgação popular.” (MARTINELLI, 2001, p. 113). De acordo com Löwy,

Uma outra razão da rejeição ao capitalismo por parte da Igreja seria a identificação de Jesus Cristo com o pobre, isto é, o Filho de Deus que veio ao mundo pobre, nascido em uma família pobre e que se colocou contra o poder econômico e político de sua época. Essa identificação levou membros da Igreja a adotar duas atitudes, a atenção caritativa para com o desfavorecido economicamente e a participação em movimentos baseados nas ideias que desafiam e combatem a injustiça social, denunciando o capitalismo como raiz do mal (*apud* SILVA, 2005, p. 04).

Preocupados com o agravamento dos problemas sociais e com a falta de material

teórico para guiá-los nas ações assistenciais, passaram a se prender aos ensinamentos da Igreja, tomando-os por base para o contato e a atuação no seu trabalho social.

Enquanto as Sociedades de Organização da Caridade americanas tentavam impulsionar o processo organizativo dos assistentes sociais de forma a tornar autônomo este novo agregado profissional, liberando-o das influências da Igreja, as europeias caminhavam em rota oposta, colocando-se a serviço desta instituição. Estabeleceu-se em troca de interesses, de uma certa forma: a Igreja Católica interessava servir-se dos conhecimentos científicos e procedimentos técnicos do Serviço Social para expandir sua doutrina, difundir os princípios do catolicismo, de modo a conquistar novos adeptos e manter sua posição hegemônica em um mundo que igualmente se expandia; ao Serviço Social interessava servir-se da sólida estrutura da Igreja, muito bem instalada na maior parte dos países europeus, para difundir e ampliar suas ações profissionais (MARTINELLI, 2001, p. 113).

Na fala de Martinelli (2001, p. 116), o conservadorismo e o forte vínculo assistencialista que permanecia com a Igreja Católica, tornaram-se com o passar das décadas elemento dominante no Serviço Social europeu, trazendo para a prática social ainda, e com maior efeito, a perspectiva de controle, de repressão e dos padrões estabelecidos pela sociedade burguesa constituída. A doutrina social conservadora, embora declarada humanista, reproduzia o que vivia a Europa fascista.

Em 1891, na encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo papa Leão XIII, que tratava das relações capital-trabalho, percebia-se um colorido conservador, os trabalhadores eram convencidos a observar a prudência e a ética cristã. Já a encíclica de 1931, do papa Pio XI, assumia e representava a visão de mundo dominante na época. A encíclica denominada *Quadragesimo Anno*, tematizava a ação organização profissional e a estrutura da empresa, inclinava-se para a questão da reparação e o aprimoramento da ordem social, buscando soluções para manter a estabilidade nas relações patrão-empregado, numa medida que os tornasse capazes de estabelecer um clima de Justiça Social.

É impossível seguir com o tema, sem voltar a falar sobre a burguesia e sua influência no trabalho social. Todo esse apoio dado desde o início do modelo de assistência ligado tanto ao Estado quanto a Igreja Católica, a burguesia insiste dando apoio ilimitado a prática assistencialista como meio de manter sua hegemonia de classe. A burguesia patrocinava sem limitações a prestação de serviços e as ações, dessa forma conseguia ocultar a dimensão dos problemas sociais, e, ao mesmo tempo, conseguia conter a revolta do proletariado através da caridade e da assistência.

As ações eram claramente de cunho paternalista, visando apenas o controle da classe menos favorecida e explorada, tentando desviar o foco principal, de exploração, miséria e caos social, para uma ideia de Estado bom e preocupado com o bem estar da população.

A prática, sem dúvidas, atendia primeiramente os interesses do capital e da burguesia, as primeiras intenções eram as de repreender, e manter o controle da classe, para que se mantivessem submissos aos interesses do capitalismo. Nesse sentido, o assistente social tinha consciência de que se aliando ao Estado e à Igreja teriam um trabalho totalmente guiado pela burguesia, e com isso, iriam seguir as ações criando consciências burguesas. Ou seja, a preocupação não era contestar os rumos que a sociedade capitalista seguia muito menos tentar modificá-la, neste caso acabaria afetando Igreja e Estado, mas sim lutar pela manutenção da ordem e harmonia da sociedade. “A forte influência da Igreja Católica fazia com que a linha divisória entre prática religiosa e a profissional se tornasse cada vez mais tênue, inclinando-se para o limite de indiferenciação entre ambas” (MARTINELLI, 2001, p. 119).

Desdobrando sua doutrina religiosa em linhas operacionais de ação social, a Igreja oferecia as bases para que os assistentes sociais realizassem sua prática; em contrapartida, eles colocavam a sua prática a serviço da Igreja. (...) Na base de ambos, o que estava presente era a religião. Como princípio de vida, diretriz para a ação. A concepção religiosa de mundo correspondia uma concepção religiosa de prática, que demandava, para sua operacionalização, qualidades morais e pessoais, além do domínio de conhecimentos científicos e habilidades técnicas (MARTINELLI, 2001, p. 120).

Na primeira metade do século XX, chega ao Brasil o primeiro modelo de assistência social. Com total influência de burguesia, Estado e Igreja, o referencial de assistência implantado aqui foi o europeu. A necessidade era a de conter o proletariado que a cada dia estava mais organizado, com isso era necessário traçar planos para conter essa tensão no meio social insatisfeito com o domínio da burguesia. O estado buscava junto a Igreja um fortalecimento de alianças, assim conseguiriam manter sua hegemonia junto à classe proletária.

Com a criação do primeiro curso de Formação Social para moças, em São Paulo, Martinelli (2001) afirma que “A clientela desse primeiro curso foi constituída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e todas pertencentes a famílias da burguesia paulista” (p. 123).

Com todos os estudos que seguiam, foi se construindo uma consciência crítica na

identidade do Serviço Social. Os agentes sociais perceberam o quanto eram subordinados a burguesia e aos seus interesses, buscaram desconstruir o caráter conservador e libertar-se das práticas ligadas a Igreja e Estado. Assim, a assistência prestada pela Igreja acaba ficando no âmbito da caridade, enquanto os agentes críticos tentavam se adequar aos seus interesses e aos do Estado, na busca ainda de uma harmonia social.

A caridade é realmente a virtude cristã por excelência, e a pobreza é efetivamente valorizada em referência a Cristo e aos modelos de vida apostólica, santos, eremitas, religiosos que souberam despojar-se dos fardos terrestres a fim de se aproximar de Deus” (CASTEL, 2010, p. 62).

Diante dessa característica, tomada pela Igreja Católica de assistência como caridade, Silva (2005) esclarece em sua pesquisa o seguinte:

Desde a década de 1960, a Igreja no Brasil vem passando por uma reorientação teológica e social em sua tradicional forma de agir. O Estado brasileiro passou a fundamentar sua legitimidade no discurso do desenvolvimento econômico, o qual promoveria melhorias de condições de vida dos trabalhadores e relegando a segundo plano a ideologia religiosa, que contribuía para garantir, através de um discurso anticomunista e de negação da existência de conflitos sociais, a manutenção da ordem política e econômica (p. 04).

A partir daí, como já foi citado, o contato entre Estado e Igreja para a realização de assistência é abandonado, passa-se agora a existir o contato direto entre a Igreja e a massa de excluídos. Foram criados diversos movimentos dentro da Igreja Católica. Estes foram divididos entre diversos grupos que possuem discursos e práticas diferentes, e com isso foram criadas bases assistenciais diferentes do modelo europeu implantado aqui no início do século XX. Agora, a base é fincada na realidade latino americana, onde as desigualdades sociais são alarmantes e a riqueza está concentrada na mão da minoria. Sobre esses novos grupos, Silva esclarece,

(...) impelidos pela concepção cristã de caridade, grupos de voluntários católicos praticam uma assistência baseada na idéia do amor fraterno às famílias carentes, mendigos, doentes, crianças abandonadas, deficientes físicos e mentais, assistência essa que não visa interesses pessoais ou recompensas materiais. Para exercê-la, segundo essa concepção, o critério exigido é a vontade de servir ao próximo, por ser um dever cristão para com os desfavorecidos, demonstrando, assim, um espírito nobre (2006, p. 327).

Segundo Michel Löwy (2000), em *A guerra dos Deuses*, a Igreja ao se aproximar das camadas dos vulneráveis, buscava também a manutenção do seu prestígio,

(...) a Igreja Católica começou a inovar porque deseja preservar sua influência. Frente a frente com a ascensão de concorrentes religiosos (as Igrejas Protestantes, as várias seitas) e a concorrência política (movimentos de esquerda), uma queda no recrutamento de padres e uma crise financeira, a elite da Igreja compreendeu que tinha que encontrar um novo caminho e voltou-se para as classes mais baixas (p. 6708).

Neste momento, a Igreja Católica “Ao invés de ensinar a aceitação da pobreza, promoviam soluções que apontavam na direção de superar ou de aliviar a miséria” (MAINWARING, 2004, p. 67). Assim, passou-se a proclamar a caridade como um dever cristão, como uma continuação a benevolência de Cristo e princípio básico de amor ao próximo, sendo uma possibilidade de demonstrar a todos possuir um caráter generoso, e ainda “(...) é considerada a base que levaria homens e mulheres a terem sentimentos e virtudes que seriam inerentes à natureza humana, como a bondade, a capacidade de perdoar, de acolher, a humildade, a aceitação mútua” (SILVA, 2006, p. 7).

Essa concepção de caridade podemos encontrar em várias passagens da Bíblia, e a Igreja Católica, em virtude de sua hegemonia em nossa sociedade, difundiu-a por meio de um discurso repetitivo e moral, objetivando o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, evitando assim, o perigo de conflitos e revoltas daqueles que se encontram na miséria (SILVA, 2006, p. 327).

A religião acaba pregando a caridade enquanto virtude a ser alcançada, propondo que só se chega a Deus por esse caminho. Romperam com a tradição e colocaram suas práticas tanto para os pobres, quanto para as elites.

Os reformistas acreditavam que a Igreja não poderia e nem deveria ficar totalmente acima do mundo, mas, sim, deveria atuar como símbolo que ajuda a transformar o mundo. Para eles, a mensagem de Cristo incluía a criação de uma ordem social justa (MAINWARING, 2004, p. 68).

Assim, é criada na década de 70 a Pastoral Social, que tem por objetivo enfrentar a questão social. Segundo a Cartilha Pastoral (2001),

(...) deve estar presente em cada diocese, paróquia comunidade; em cada dimensão, setor e pastoral; na catequese, na liturgia e nas iniciativas ecumênicas; enfim, deve estar presente nas comunidades eclesiais de base, nos movimentos. Em outras palavras, deve ser preocupação inerente a toda ação evangelizadora (CNBB, p. 7).

(...) a Pastoral social procura integrar em suas atividades a fé e o compromisso social, a oração e a ação, a religião e a prática do dia a dia, a ética e a política. Aqui é preciso superar as dicotomias entre “os que só rezam” e “os que só lutam”, “os que louvam e celebram” e “os que fazem política”. Na verdade, a verdadeira fé desdobra-se naturalmente em compromisso diante dos pobres. A ação social é condição indispensável da vivência cristã. (...) entrar ou não entrar na vida eterna é uma alternativa que está condicionada à atitude frente ao irmão caído e ferido na beira da estrada. Tal condição se torna ainda mais clara no texto do Juízo Final:

“Vinde benditos de meu Pai, porque estava com fome e me deste de comer...”
(CNBB, 2001, p. 9).

Foi necessária uma crise no modelo eclesial, para que a Igreja modificasse suas práticas. E assim, Mainwaring afirma:

(...) A Igreja só se preocupou com a missão pastoral quando sua influência junto ao Estado se viu ameaçada, sua atuação no sistema educacional se esvaziou, a competição em outras seitas e religiões foi se ampliando e quando alguns valores católicos tradicionais ruíram (2004, p. 53).

Castel sobre a caridade cristã, afirma que:

O mínimo que se pode dizer é, pois, que a caridade cristã não se mobiliza automaticamente para socorrer todas as formas de pobreza. A pobreza por opção, de certo modo sublimada no plano espiritual, é valorizada. É um componente da santidade. Mas a condição social do pobre suscita de uma gama de atitudes que vão da comisseração ao desprezo. Dado que evoca a fome, o frio, a doença, o abandono – a privatização em todos os seus estados -, a pobreza prosaica das pessoas “de condição vil” é, com frequência, conotada pejorativamente (2010, p. 63-64).

A pastoral social é toda ação pela qual a Igreja realiza sua missão, dando continuidade à ação de Cristo na terra. As Pastorais Sociais, constituem ações voltadas para diferentes grupos da sociedade que encontram-se em situação de vulnerabilidade social. A cartilha publicada pela CNBB em 2001, define de forma clara todas as características da Pastoral Social.

Numa palavra, cada Pastoral Social identifica, entre a grande massa de excluídos, um rosto concreto ou um cenário específico e passa a marcar presença em seu meio. Aí realiza suas atividades de evangelização, sensibilização, conscientização e organização social, em vista da promoção integral da pessoa humana. A partir dessa intuição inicial, da escolha de seu *carisma*, podemos dizer assim, a Pastoral passa a estruturar-se em nível paroquial, diocesano, regional e nacional – quando então pode integrar o Setor Pastoral Social da CNBB (p. 20).

É notável que as desigualdades sociais no Brasil, atingem uma grande parcela da população, estando diretamente vinculada a distribuição desigual de renda que torna os vulneráveis incapazes de acompanhar a competitividade no mercado de trabalho, fazendo com que se alastre a pobreza e as desigualdades sociais. É a partir desse processo de exclusão que a Igreja Católica se manifesta perante a sociedade e desenvolve ações sociais, de base caritativa, buscando organizar a comunidade.

Mais adiante deste trabalho, será discutido, por meio de pesquisas e questionamentos, a compreensão que os agentes sociais e os atendidos, agora no século XXI, sobre o trabalho caritativo realizado pela Igreja Católica e por seus voluntários, através das pastorais sociais.

II: PASTORAIS SOCIAIS: A NOVA CARIDADE DA IGREJA CATÓLICA.

2.1 O surgimento das Pastorais Sociais

As Pastorais Sociais levam a Igreja Católica a combater de frente a questão social e suas diferentes manifestações na modernidade. Este capítulo busca reforçar as ações sociais, objetivo central das Pastorais Sociais – com ênfase na Pastoral da Criança – e ainda, expõe como funcionam, seus objetivos, a visão do líder⁵, o perfil da comunidade atendida no município de Acarape - CE, e como esse modelo de caridade do novo século se manifesta na prática.

As Pastorais Sociais são toda atenção e cuidado da Igreja Católica voltados para a questão social e os casos de vulnerabilidade, que levam a sociedade ações sociais alicerçadas na fé cristã e no amor ao próximo ensinado por Deus aos seus discípulos. Segundo Castel (2011, p. 70),

com o serviço a Deus, a Igreja encontra no serviço aos pobres a outra justificativa para sua preeminência social e para seus privilégios. Nada, pois, no exercício que seja da esfera da iniciativa ‘privada’: a Igreja é a principal instituição de gestão da assistência.

Cada uma das Pastorais Sociais, dentre elas, a Pastoral da Criança, Pastoral Operária, Pastoral do Povo da Rua, Pastoral da Saúde etc., possuem um papel importante junto ao setor a qual está relacionada, mantendo um ambiente ativo de troca de experiências, soma de esforços e planejamento de atividades conjuntas. Surgiram pelo impulsionamento do modelo capitalista de economia, que inicialmente era usado pelo Estado como meio que levaria a melhoria de vida do trabalhador, passando a ser o grande causador dessas novas manifestações da questão social. Com isso, o que em décadas passadas era visto como questão social - a fome, o preconceito de classe e de raça ou mesmo o desemprego – continuam presentes como foco de ações sociais, contudo nesse momento outras faces formam essa nova questão social, como a drogadição, a prostituição, a violência e a miséria.

Evangelizar essa sociedade vulnerável que é incapaz de mudar sua situação social

⁵ Trabalha voluntariamente junto às famílias atendidas pelas pastorais, realizando ações em prol do bem estar desses indivíduos, agindo também na promoção da justiça social, da eliminação de todas as formas de exclusão e buscando dar continuidade a ação de Deus na terra. (PASTORAL DA CRIANÇA; QUEM SOMOS, 2013).

se não por ajuda externa, no caso ajuda cristã, é o grande objetivo das Pastorais. E é a partir do contato com os pobres que se pode transformar essa realidade, através da “fraternidade” e da “solidariedade”, que leva tanto o emissor como o receptor dessa ajuda, ao encontro da realização como cristão, através da participação nas ações que levam consolo e ajuda ao socialmente excluído, realização e sensação de dever cumprido ao agente social.

Para as líderes entrevistadas, as ações por elas realizadas de forma voluntária, as levam a uma realização pessoal que só pode ser conseguida através do trabalho caritativo com o desenvolvimento das ações junto aos grupos pastorais. Segundo elas, a Igreja se organiza junto com setores de evangelização com o objetivo central de contribuir através dos ensinamentos da ‘Palavra de Deus’ e das Diretrizes Gerais da CNBB, para a melhoria do meio em que vivemos, com a transformação dos corações e das estruturas da sociedade, com o objetivo de construir uma nova sociedade, que seria digna como o Reino de Deus.

As Pastorais Sociais, através de ações concretas, desenvolvem atividades que viabilizam transformações em situações específicas, seja no trabalho, na rua, em casa, no campo, em presídios, situações de marginalização da mulher, visando modificar as estruturas injustas da sociedade (CNBB, 2001).

Se no passado a Igreja realizava visitas, doação de alimentos e roupas, hoje o trabalho é mais específico e organizado, trabalham na dimensão sócio transformadora, por meio das Pastorais Sociais. A Pastoral Social deve estar presente em cada diocese, paróquia ou comunidade. O setor pastoral deve ser uma preocupação inseparável da ação evangelizadora da Igreja Católica, já que desde o início de sua caminhada a preocupação da Igreja era com os pobres e sua situação de vulnerabilidade.

Integrado na dimensão sócio transformadora da CNBB, o Setor Pastoral Social por um lado apresenta uma referência para toda ação social da Igreja, seja por meio de assessoria, elaboração de subsídios e reflexão teórica. Ao mesmo tempo, é o espaço de articulação das Pastorais Sociais e Organismos que desenvolvem ações específicas no campo sociopolítico. A palavra de Deus, segundo os mandamentos da Igreja Católica, não deve ser apenas ouvida, mas colocada em prática por seus fiéis, sejam os articulados diretamente pelos organismos vivos de ação social da Igreja, seja pelos receptores dessas ações ou por aqueles que ainda não sejam a doutrina social da mesma.

(...) cada Pastoral têm uma tarefa intransferível junto a um setor específico da sociedade e, ao mesmo tempo, todas juntas desempenham uma tarefa comum enquanto Igreja do Brasil na sua dimensão social. O Setor Pastoral Social é o responsável para manter vivo este espaço de articulação: intercâmbio de

experiências, soma de esforços e programação de atividades conjuntas. Através de encontros periódicos, o Setor garante a especificidade de cada Pastoral, por um lado, e a caminhada comum de seu conjunto, por outro (CNBB, 2001, p. 22).

Os “agentes sociais”, “líderes”, “coordenadores” são movidos pela crença de que suas ações serão relevantes na vida dos “atendidos” e em suas próprias vidas. Trabalham com a convicção de que aliviar as dores dos excluídos aqui na terra será importante na hora que chegar ao fim as suas vidas, e que, seus feitos na terra forem apresentados diante de Deus.

Percebi que o trabalho das Pastorais Sociais são, acima de tudo, ações de esclarecimento junto à população mais vulnerável. Hoje, os denominados líderes podem ter o seu papel, em relação à sociedade, comparado com o das agentes sociais do século XIX. Eles conseguem criar vínculos com as famílias atendidas que sofrem com a extrema pobreza. Acima de tudo as Pastorais buscam a superação da miséria e a mudança do quadro social de cada um dos atendidos. Cada agente busca a sua realização pessoal na prosperidade e mudança de vida daquele grupo ao qual se dispôs a doar um pouco do seu tempo.

O primeiro passo que se deve seguir ao implantar uma Pastoral Social é identificar qual o grupo de excluídos que mais necessita de atenção e ajuda, já que sabendo das dificuldades existentes ao se desenvolver um trabalho voluntário, talvez uma paróquia não consiga organizar todas as 11 pastorais existentes. Com isso, deve-se identificar qual o grupo que mais necessita de acompanhamento e ajuda para que esse tenha prioridade no desenvolvimento das ações.

Identificar a área na qual pretende-se trabalhar, encontrar pessoas que possam realizar o trabalho caritativo, e a partir desse momento iniciar as ações sociais. Devem ser realizadas as primeiras pesquisas, para que sejam traçadas as primeiras metas, e, com isso, pode-se conhecer a fundo a realidade da área na qual se desenvolverá o trabalho.

É possível que uma paróquia consiga criar diversos grupos para trabalhar em comunidades diferentes no mesmo organismo Pastoral. Porém, devem seguir rigorosamente as regras e normas dos documentos pontifícios e da CNBB, para que existam mudanças concretas na vida desses indivíduos e no meio social.

Foi constatado na pesquisa, que a pastoral da criança de Acarape, desenvolve trabalhos em comunidades da zona rural do município. Esses grupos estão ligados a uma única coordenação, e esta, encontra-se sediada no Bairro São Benedito, no centro do município.

A Igreja busca vida digna para os que não têm condições de provê-la e ao mesmo

tempo prega aos seus voluntários o “amor ao próximo”, característica essencial para o merecimento do “reino dos céus”, segundo a doutrina cristã. Desta forma, a Igreja Católica prepara, através de formações, os grupos pastorais e os manda a campo para desenvolver o trabalho voluntário em busca de justiça social. No entanto, estes grupos que integram as pastorais necessitam articularem-se uns com os outros, sempre buscando a melhoria de vida de seus atendidos, e o mais importante, cada pastoral cumpre seu papel na sociedade, com sua dimensão social uma ação transformadora, sendo guiadas pelo mesmo intuito social e pela mesma ideologia bíblica, priorizando o trabalho em rede e compartilhando experiências, dúvidas e vitórias alcançadas.

(...) entende-se que o Objetivo Geral dessa dimensão seja “contribuir, à luz da Palavra de Deus e da Diretrizes Gerais da CNBB, para a transformação dos corações e das estruturas da sociedade em que vivemos, em vista da construção de uma nova sociedade, o Reino de Deus”. A Pastoral Social, por sua vez, tem como objetivo desenvolver atividades concretas que viabilizem essa transformação em situações específicas, tais como o mundo do trabalho, a realidade das ruas, o campo da mobilidade humana, os presídios, as situações de marginalização da mulher, dos trabalhadores rurais, dos pescadores, e assim por diante (CNBB, 2001, p. 9-10).

No momento em que se percebeu que a exploração do capital tomava alarmante forma, no fim do século XVIII, a Igreja Católica manifestou preocupação com os caminhos que tomava a humanidade. Sua preocupação deixava se concentrar só nos caminhos da fé e passou a agir mais eficazmente nos problemas gerados pelo capitalismo, como já foi exposto no capítulo anterior. Faz-se necessário voltar a este tema para esclarecer as mudanças nesse trabalho caritativo, e para demonstrar como vez ou outra na história, a Igreja Católica volta suas atenções aos pobres, por influência ou falta do Estado.

Como já foi argumentado, a assistência aos pobres nasceu através da Igreja Católica e depois foi transferida ao Estado, e segundo Martinelli (2001), está na mão do Estado é estar nas mãos de ninguém. Isto, em vista da desconfiança que foi gerada ao longo do tempo para com a ineficiência e a lentidão das ações desenvolvidas pelo poder público, a assistência aos pobres volta às mãos da Igreja Católica neste século, mas estas ações que buscam justiça social contam agora com a “ajuda” dos programas e projetos governamentais para a assistência. Porém ambos não se interligam, os organismos sociais da Igreja Católica e os programas assistências do Estado não tem nenhuma ligação direta, existe apenas um convênio para a transferência de recursos financeiros do Ministério da Saúde para a Pastoral da Criança, como será devidamente explorado adiante.

2.2 A Pastoral da Criança em Acarape – CE

Diversas mudanças ocorreram no cenário político e social brasileiro na década de oitenta. A sociedade lutava por melhorias sociais e por democracia, e foi neste momento, precisamente em 1983, que surgiu a Pastoral da Criança, como organismo de ação social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Esta visava combater as altas taxas de mortalidade infantil no Brasil e melhorar a qualidade de vida levando esclarecimentos sobre o cuidado da mãe com a criança, da gestação até os 6 anos de idade. O trabalho realizado na pastoral da criança é totalmente voluntário, aqueles que se dispõem a ajudar no acompanhamento das famílias são movidos pelo sentimento de solidariedade.

As atividades da pastoral da criança tiveram início e desenvolvimento ainda em 1983, no estado do Paraná, pela Dra. Zilda Arns Neuman⁶ e por Dom Geraldo Majella Agnelo⁷ que naquele momento era arcebispo de Londrina – PR, fundaram a pastoral com a intenção de trabalhar com a fé e a vida, em uma organização solidária comunitária, que ainda atua, 30 anos depois, nacionalmente na capacitação de líderes voluntários tendo como base o evangelho, a solidariedade e a partilha do saber, acompanhando as famílias da concepção da criança aos seis anos de idade. As ações desenvolvidas pelo grupo de voluntários, que se habilitam a realizar ações preventivas junto à comunidade, promovendo a saúde, nutrição, cidadania e o desenvolvimento absoluto de gestantes, crianças e suas famílias.

As ações da Pastoral da Criança são conduzidas na ideia de que a solução para os problemas sociais está na solidariedade com o mais oprimido, seus trabalhos são previamente definidos, para que o agente social consiga transformar aquela realidade da comunidade e atingir os objetivos que são realizados dentro das comunidades mais pobres e com altos índices de vulnerabilidade. Além de desenvolver trabalhos em todos os Estados do Brasil, a Pastoral da Criança está presente hoje na Ásia, África, América Latina e Caribe, nos seguintes países: Angola, Moçambique, Guiné, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Filipinas, México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Panamá, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina, Uruguai, República Dominicana e Haiti. Para que esse trabalho solidário consiga obter o máximo de eficácia e consolidação em cada um desses países que possuem

⁶ Médica pediatra e sanitarista foi fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, organismos de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (GUIA DO LÍDER, 2007).

⁷ Arcebispo-emérito da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, e um dos responsáveis pela fundação da Pastoral da Criança. (GUIA DO LÍDER, 2007).

realidades distintas, são definidas metas para que a Pastoral da Criança consiga atingir o máximo de famílias pobres.

Segundo a Cartilha “O Que é Pastoral Social?”, compreendemos que:

A base de todo o trabalho da Pastoral da Criança são a comunidade e a família. A dinâmica consiste em capacitar líderes comunitários, que residem na própria comunidade, para mobilização das famílias nos cuidados com os filhos. Em todas as comunidades atendidas, coloca-se em prática um conjunto de ações que vão daquelas voltadas para a sobrevivência e desenvolvimento integral da criança até a melhoria da qualidade de vida das famílias carentes, tanto no plano físico e material como no espiritual. Desta maneira, procura gerar igualdade de oportunidades, justiça e paz. Entre essas ações destacam-se as Ações Básicas de Saúde, Educação, Nutrição e Cidadania (CNBB, 2001, p. 15).

No município de Acarape - CE, a Pastoral da criança existe há dezoito anos, desenvolvendo ações tanto na zona urbana quanto na zona rural. Sua sede física encontra-se no centro do município de Acarape, mas o trabalho social está concentrado no Bairro São Benedito, também na zona urbana do município, considerado um dos mais vulneráveis em relação à pobreza e as altas taxas de mortalidade. Está presente também em algumas das localidades do município, onde os líderes conseguem fácil acesso.

A Pastoral da Criança é vista como a presença solidária da Igreja, na qual a vulnerabilidade atinge um alto grau e assim, a dignidade e a vida acabam sendo ameaçadas. A população de Acarape - CE, segundo o Censo Demográfico de 2010, é de aproximadamente 15 mil habitantes, sendo sua maioria pertencente a zona urbana, 52,04%. O município ainda tem taxas de pobreza muito altas levando em conta que é um município de pequeno porte, mas que recebe quantidade significativa de recursos. A população mais vulnerável está concentrada no bairro São Benedito e em uma localidade da zona rural. Nesses lugares sobra miséria, pobreza, exclusão social e falta esperança para seguir em frente com dignidade.

Diante dessas situações, a Pastoral da Criança identifica o lugar específico que necessita de atenção e passa a figurar no seu meio como agente transformador, visando à conscientização da família para conseguir integrar aquela pessoa a um ambiente mais humano.

Para Élide, líder e coordenadora da Pastoral da Criança,

O trabalho na Pastoral da Criança tem como foco principal a mudança na vida dos atendidos, não adianta ir naquela casa e não conseguir sensibilizar aquela família para a sua responsabilidade com a criança que veio ao mundo, sem culpa da condição social que nasceu. E não adianta só a líder se propor a realizar um bom trabalho, por que só é possível se chegar a um bom resultado com a família se

houver uma parceria de ambas as partes, logo que os interesses devem ser os mesmos, o bem estar da criança e da mãe.
(DEPOIMENTO DA COORDENADORA DA PASTORAL DA CRIANÇA DE ACARAPE – CE, 2014)

Diversas são as iniciativas para o controle da mortalidade infantil, sejam elas iniciativas governamentais, não governamentais ou de fundo caritativo, como é o caso da pastoral da criança. O Brasil já conseguiu mudar consideravelmente as taxas de mortalidade infantil, atingindo as metas impostas para o desenvolvimento no milênio, continuando em decréscimo.

Segundo dados oficiais da Organização Mundial de Saúde, divulgados pelo MDS (Ministério de desenvolvimento Social e Combate à Fome) a taxa de mortalidade infantil recuou de 24,9 óbitos por 1.000 nascidos vivos no ano de 2001, para 14,6 em 2012. O Nordeste é demonstrado como um dos maiores responsáveis pela queda nas taxas de mortalidade infantil. Através desses números pode-se comprovar a eficácia de todas as ações que giram em torno do cuidado ao público infantil, ou mesmo, o cuidado com a mãe da criança.

A missão da Pastoral da Criança é trabalhar para o desenvolvimento saudável das crianças. As líderes acompanham desde a gestação da mãe até os 6 anos de idade do filho, prestando esclarecimentos quanto a alimentação, a saúde e educação. Uma das entrevistadas relata que durante as visitas não é mencionado o nome da Igreja, e nem é feita qualquer relação com o catolicismo, e que “as ações não distinguem, raça, cor, profissão, nacionalidade, religião ou preferência política”, buscam em primeiro lugar resgatar a cidadania e o lugar daqueles indivíduos no meio social em que vivem.

Os pobres fazem parte do corpo da Igreja por que são eles que sofrem representando a imagem do corpo padecedor da Igreja. Estão nas figuras simbólicas da pobreza nas Escrituras – Jó em cima de suas fezes, Lázaro cujo cadáver já fede, os miseráveis miraculados sobre quem se debruçou a misericórdia de Cristo, a nudez magra amarrotada, as feridas e deformidades – são eles que exemplificam as criaturas abandonadas por Deus (CASTEL, 2011, p. 66).

É para esses pobres que a Igreja volta seus olhos, pois segundo os ensinamentos católicos esses ganhariam o reino dos céus. Aliviar os sofrimentos destes e dar-lhes uma vida digna é responsabilidade da Igreja, e a Igreja repassa para seus voluntários como responsabilidade cristã e como valor ético-cristão o cuidado com os pobres.

Segundo o último relatório anual divulgado pela Pastoral da Criança⁸, existem 1.038.531 famílias cadastradas, sendo 73.036,2 o número de gestantes e 1.272.586 crianças de 0 a 6 anos. Em média são 0,7 gestantes e 11 crianças por líder, espalhados por 3.894 municípios e 36.599 comunidades.

Em âmbito nacional houve uma redução no número de gestantes cadastradas se comparados os anos de 2012 com 2013. Obteve-se uma queda de 4,0% no número de gestantes. Todo o trabalho da pastoral da criança é realizado pelo trabalho dos voluntários, que se materializa por meio de doações de empresas e órgãos governamentais que apoiam a Pastoral da Criança com parcerias em campanhas.

Os relatórios de avaliação têm como meta identificar onde foram conseguidas mudanças significativas através do trabalho da pastoral, e analisando esses dados são tomadas de início providências básicas, no caso de obtenção e resultados positivos são enviadas mensagens de incentivo e reconhecimento do trabalho, já quando não se consegue os resultados esperados, são enviados alertas para que o tema seja melhor trabalhado pelos coordenadores e líderes.

No município de Acarape, uma das líderes relata que o repasse de doações que sustenta a pastoral da criança é feito totalmente pela CNBB. São repassados 0,60 centavos por cada criança cadastrada pelo líder, essa quantia é utilizada no encontro mensal que acontece com todas as famílias, para preparação do lanche das crianças. Esse momento é chamado de

“Dia da Celebração da Vida”, juntos, famílias e líderes celebram o desenvolvimento das crianças e discutem as dificuldades encontradas, e traçam soluções para os eventuais problemas. Esse momento acontece na sede da Pastoral da Criança, ou em local que acomode devidamente as famílias e os motive a participar do diálogo. No “Dia da Celebração da Vida” a solidariedade está presente nas ações dos líderes que caminham em conjunto com a satisfação pela “partilha da fé em Deus”, enquanto, pelo lado das famílias, “se percebe que lutam diariamente na busca de melhores condições de vida”, é o que conta a líder.

Para Silva (2006), o sentimento de solidariedade é tão mais importante à medida que leva aquele que exerce ações de solidariedade ao reconhecimento do problema do outro que se encontra em posição econômica e social desfavoráveis, incentivando à busca de sua superação, seja através de ações emergenciais e fragmentadas como a doação de alguns itens

⁸ Relatório com dados do ano de 2013, disponível no site oficial da Pastoral da Criança (RELATÓRIO ANUAL 2013).

da cesta básica, seja através de engajamento em movimentos sociais, associações e cooperativas. Essa satisfação de fazer o bem, dar ao próximo o direito de viver dignamente, mostrar que ele é um cidadão e pode usufruir das políticas públicas estatais para escapar das situações de vulnerabilidade é o grande papel do líder da pastoral.

2.3 O perfil do líder da pastoral da criança e sua percepção sobre os atendidos

Como já mencionado anteriormente, o líder da Pastoral da Criança é aquele que vai junto às famílias, conhece a realidade de cada uma e luta voluntariamente para modificá-la. Cerca de 90% dos líderes da pastoral da criança são mulheres de classes populares, donas de casa ou com trabalho que não lhe ocupa muito do tempo, sendo que neste caso as entrevistadas tiveram a opinião unânime de que a Pastoral da Criança requer tempo, tanto para visitas quanto para capacitações e encontros, e assim se não puderem desenvolver o trabalho corretamente, não devem se comprometer com essa responsabilidade. As líderes de Acarape, além do trabalho voluntário na pastoral da criança, trabalham como autônomas, funcionárias públicas ou em trabalhos temporários, de onde retiram sustento.

As entrevistadas moram próximas às comunidades atendidas no município, elas contam que cada uma fica com a área de mais fácil deslocamento, já as comunidades que não possuem líder e nem são de fácil acesso, ficam sem o trabalho pastoral. Elas demonstram satisfação na realização do trabalho mesmo com o pouco repasse que recebem da CNBB para realização das ações, e não demonstram em nenhum momento que possam desistir da realização do trabalho voluntário com as famílias.

O social-assistencial pode ser formalmente caracterizado por uma oposição aos modos de organização coletiva que fazem economia desse tipo de recurso. (...) O social, ao contrário, é uma configuração específica de práticas que não se encontram em todas as coletividades humanas (...) (CASTEL, 2011, p. 48).

A Pastoral da Criança usa uma metodologia que conta com três momentos de troca de informações que ajudam no fortalecimento da solidariedade, são elas as visitas domiciliares mensais, realizadas pelos líderes a cada família acompanhada; Dia do Peso, também conhecido como “Dia de Celebração da Vida”, que é o momento que cada comunidade se reúne com os líderes para realizar a pesagem das crianças; e o momento de reuniões, que são realizadas com todos os líderes da mesma comunidade para refletir e avaliar o trabalho realizado no mês anterior (CNBB, 2001).

Os líderes se utilizam ao longo desses 30 anos de Pastoral da Criança, de equipamentos de trabalho simples e de fácil utilização, que devem ser utilizados o máximo de tempo possível, visto que os recursos para obtenção de materiais devem ser devidamente controlados. Os materiais⁹ são o Guia do Líder da Pastoral da Criança – livro que esclarece o passo a passo a ser seguido nas visitas -, o Caderno do Líder da Pastoral da Criança, Fita Braquial, Balança de pesagem, cartão da criança, Colher Medida e a Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade (FABS).

Nas entrevistas realizadas com os líderes da pastoral, essas afirmam que, o trabalho do líder se dá inicialmente com a identificação das gestantes e das crianças menores de 6 anos da comunidade, pois são estes os mais propícios a doenças, mortalidade infantil, e, com isso o foco da pastoral. Após essa identificação, as crianças são cadastradas e o líder dá início ao acompanhamento da família com a realização de visitas mensais e aconselhamento para que sejam realizadas ações básicas de nutrição, cuidado com a higiene, educação infantil e cidadania são realizadas, e são coletados dados que serão repassados durante a reunião mensal de reflexão e avaliação de resultados. É ainda, responsabilidade do líder organizar mensalmente o “Dia da Celebração da Vida”.

A visita é o momento mais importante da relação do líder com a família atendida, pois é através desta que o líder pode conhecer os integrantes da família, o que fazem e como cuidam das crianças. Podem ainda identificar situações de risco para a gestante e para a criança, perceber esses problemas e procurar, em parceria com a família, resolver da melhor forma possíveis problemas.

Os líderes lutam pela pelo direito à vida com dignidade. Acompanham as famílias desde a concepção da criança até os 6 anos de idade. Orientam quanto à importância de uma boa alimentação durante a gravidez, a importância do pré-natal para um parto tranquilo e para o nascimento de uma criança saudável. Reforçam a importância do aleitamento materno, para o cuidado com a higiene no pós-parto, vacinação, e apoiam em caso de desenvolvimento de doenças – como a diarreia, a desidratação, baixo peso e a obesidade. Esses voluntários são devidamente treinados, e estão preparados para orientar a família com o cuidado e desenvolvimento da gravidez e da criança, em cada momento de sua vida.

⁹ Informações extraídas do site oficial da Pastoral da Criança. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2013).

Ao decidirem servir na pastoral da criança, estes voluntários expressam estar cientes da responsabilidade que possuem, e enchem suas vidas de expectativas e sentimentos que levam do trabalho para sua vida cotidiana. Demonstram encontrar dificuldades para a realização desta missão, como a falta de recursos para que possam realizar o trabalho em todas as comunidades. No entanto, demonstram prosseguir mesmo com todas as dificuldades buscando aos poucos romper com essas barreiras.

Os líderes se mostram realizados a cada situação social modificada. Este sentimento de satisfação pode ser notado através dos relatos das famílias que conseguiram, com ajuda da pastoral, sair da situação de desinformação e exclusão do meio social em que vivem. Para os líderes, muitas são as influências para realização deste trabalho, sejam elas positivas ou negativas, sejam os recursos limitados, ou mesmo que em um mês os resultados não sejam os esperados, acima de tudo está a satisfação e a motivação encontrada pelo dever cumprido.

III: CARIDADE X ASSISTÊNCIA: DAS CONTRIBUIÇÕES ÀS NOVAS CONCEPÇÕES

3.1 Contribuições da Caridade à Assistência

Iniciando a análise da relação existente entre Caridade e Assistência, volto ao estudo do tema pobreza, especificamente no Brasil, pois é através do seu entendimento que se faz possível compreender onde a caridade e a assistência se cruzam e/ou se diferem. A pobreza é vista como uma das manifestações da questão social, e com isso uma expressão direta das relações contemporâneas da sociedade, fixando a questão no contexto pertencente às relações constitutivas de um modelo de desenvolvimento capitalista, intensamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. São os pobres produtos dessas relações, produzem e reproduzem a desigualdade no âmbito social, político, econômico e cultural, determinando o lugar que terão na sociedade (YAZBEK, 2012).

Com a ampliação do capital proveniente do trabalho precário, a pobreza torna-se perceptível e causa incômodo, passando a ser compreendida como um risco social. O lugar onde esses pobres estão inseridos os desqualifica por seu comportamento no meio social, onde são apontados diariamente por sua situação de exclusão social e vulnerabilidade, provenientes de sua classe mais baixa e por não terem acesso aos mesmos bens e serviços dos mais favorecidos na escala social.

As ações direcionadas a essa classe mais pobre da sociedade, realizadas por atos de solidariedade, passam a representar uma forma de dominação, seja por meio de ideologias religiosas ou por qualquer outra forma que retire o sujeito da condição de cidadão de direitos e o coloque diante de uma situação em que ele se torna objeto de caridade.

A concepção e a prática cristãs da caridade foram, em geral, modeladas pelas categorias constitutivas da assistência. O cristianismo retomou e sobredeterminou o critério da inaptidão para o trabalho, fazendo da miséria do corpo o sinal mais eminente para inscrever o pobre em uma economia de salvação (CASTEL, 2010, p. 81).

Guiados pela concepção de caridade cristã, os voluntários pertencentes às ações católicas praticam a assistência com base na ideia de amor fraterno às famílias carentes, mendigos e crianças, esse modelo de caridade católica não visa interesses pessoais ou

recompensas materiais. Para que seja possível a realização dessas ações o único critério exigido é a vontade de servir ao próximo, como dever cristão junto aos menos favorecidos. Essa percepção de caridade é vista em diversas passagens Bíblicas, e a Igreja Católica através de sua hegemonia se utiliza desse meio para difundir seu discurso moral com o intuito de chegar ao equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais (SILVA, 2006, p. 327).

Através da caridade é possível uma relação de união com o próximo, pois, sendo considerados “filhos do mesmo pai”, independente da posição social que ocupam na sociedade é por meio da caridade cristã que garantem a “salvação” por meio da solidariedade e humildade. As ações de caridade estão presentes na sociedade não só por intermédio da Igreja Católica, mas por outras expressões da sociedade civil. Porém é através da Igreja Católica que percebemos que a caridade é difundida como um “dever cristão”, como qualidade necessária para se conquistar a “vida eterna no reino do céu”.

Já a Assistência Social, após a Constituição de 1988, passou a ser assegurada pelo direito do cidadão e como integrante do tripé da Seguridade Social¹⁰. Integra este tripé o direito à Saúde, com acesso universal, o direito a Previdência Social, a quem dela contribui, e a Assistência Social, garantida para quem dela necessita.

Yazbek (2012) destaca que:

Abordar aqueles que socialmente são constituídos como pobres é penetrar num universo de dimensões insuspeitadas. Universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação e resistência e, sobretudo pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo. Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisa ser considerado para definir situações de pobreza (p. 292).

Segundo o art. 194 da Constituição Federal de 1988,

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

¹⁰ A seguridade social supõe um conjunto de garantias que reduzam ou previnam as situações de risco e vulnerabilidade social, através da garantia a Saúde, Assistência Social e Previdência Social. (YAZBEK, 2012)

São por meio de políticas públicas, programas e projetos, que a assistência social chega até o cidadão que dela necessita. Neste momento perde-se a natureza caritativa e se valoriza a assistência social como um direito constituinte.

O surgimento da Assistência Social com base no direito, como visto anteriormente, tem forte ligação com a concepção de caridade. Em seu surgimento, a caridade cristã se destaca pela carência de um olhar do estado direcionado para a situação da camada vulnerável da sociedade, a Igreja Católica cumpriu seu papel no momento em que não existia outro meio de ajuda não só pela satisfação cristã de benevolência.

Hoje o Estado tem o papel de formulador de políticas públicas para a sociedade, porém como é muito expressiva a demanda que necessita desses serviços, a Igreja Católica ainda se organiza para agir frente à vulnerabilidade provocada pela questão social.

(...) os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes. A assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o que se poderia chamar de binômio de ajuda médico-social. Isto irá se refletir na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestarão as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social. O resgate da história dos órgãos estatais de promoção, bem-estar, assistência social, traz, via de regra, esta trajetória inicial unificada (Sposati et al. *apud* Carvalho, 2008, p. 12).

Quando as ações sociais são baseadas no sentimento de caridade e benevolência, acaba retirando do público alvo dessa assistência a condição de cidadão de direitos, sendo que é previsto pelo tripé da seguridade social que aquele que necessite da assistência deve acessar a essa política pública. Se este indivíduo se permite viver apenas da caridade, seja por falta de conhecimento dos seus direitos, por acomodação ou dificuldade de acesso a assistência social como política pública, ele perde a capacidade de gerir sua vida e passa a depender da caridade de instituições religiosas ou de outras esferas da sociedade civil.

Nos séculos passados a pobreza era relacionada ao indivíduo que não se esforçava para mudar sua condição social, com isto, eram considerados culpados pela situação de miséria que estavam inseridos. No início do século XX no Brasil, a pobreza não era tratada “enquanto expressão da questão social, mas sim como uma disfunção pessoal dos indivíduos. Tal fato é revelado pelo atendimento social dado aos indivíduos, os quais eram encaminhados para o asilamento ou internação” (CARVALHO, 2008, p. 12).

3.2 O direito a Assistência Social

A Política de Assistência Social brasileira hoje se diferencia das antigas práticas alicerçadas na caridade, isto é possível por meio da consolidação dos princípios estabelecidos pela LOAS¹¹ - Lei Orgânica da Assistência Social – que a partir de 1993 dispôs sobre a organização da Assistência Social. Dentre esses princípios, estão:

- I - Predominância do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de condição econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua independência e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, assim como à convivência familiar e comunitária;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS¹² – prevê que haja parceria de trabalho entre todos os setores ligados a federação. A política da assistência social governamental, acima de tudo precisa adquirir um reconhecimento social, para que se torne relevante ao seu usuário. Isso é possível quando os que vivem essa política dela usufruem compreendendo seus objetivos. Se não ocorrer a compreensão do usuário da assistência a cerca da política pública ela deixa de figurar como um direito e um meio de superar as incertezas provocadas pelo quadro social, chegando ao usuário apenas como mais uma ajuda caridosa que não perpetua a seguridade social. Quebrar com a cultura da caridade é o grande objetivo da proteção social como política pública conduzida pelo Estado e de direito do cidadão.

¹¹ Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, dispõe sobre a organização da Assistência Social e marca o representando marco para o reconhecimento da assistência social como direito de qualquer cidadão brasileiro que dela necessite (LOAS, 1993)

¹² O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. O Suas organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos (MDS; ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2014).

(...) a Constituição e a Lei Orgânica da Assistência Social — Loas estabelecem uma nova matriz para a Assistência Social no país, iniciando um processo que tem como perspectiva torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem. A inserção na Seguridade aponta também para seu caráter de política de proteção social, voltada para o enfrentamento da pobreza e articulada a outras políticas do campo social voltadas para a garantia de direitos e de condições dignas de vida (YAZBEK, 2012, p. 303-304).

Existem modos de compreender a assistência social que não são baseados no que indica a Constituição Federal de 1988 e a LOAS. A política de assistência social, como já mencionado, foi uma elaboração do século XX, que acompanhou o processo de industrialização, as novas condições de trabalho, e as novas manifestações da questão social no Brasil.

Dessa forma, quando o Estado brasileiro passou a concentrar seus esforços no impulsionamento da economia foi possível que uma nova ordem social tomasse forma e ganhasse espaço. Assim, nesse novo modelo social a miséria é vista por todos os lados, a geração de empregos e a melhora de vida da população deixam de ser perceptíveis na sociedade, contudo a consequência da ordem capitalista atual é que mais pessoas tornam-se vulneráveis a questão social, seja por não ser possível acompanhar o progresso capitalista da realidade que estão inseridos, ou por não adequarem-se no perfil econômico do capitalismo, e assim não sobreviverem dignamente nesse modelo que ainda distribui renda de maneira comumente desigual.

Cada município recebe repasses federais para gerir sua política de assistência social, esses incentivos variam de acordo com o porte do município. Levam em consideração para a realização do repasse a situação econômica, social e geográfica do município, com o intuito de que esses recursos sejam utilizados em situações reais.

Art. 28. O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta lei far-se-á com os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das demais contribuições sociais previstas no [art. 195 da Constituição Federal](#), além daqueles que compõem o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) (LOAS, 1993).

É também através do SUAS que são concedidos a públicos específicos Benefícios Assistenciais, de forma com que articulem os beneficiários aos serviços socioassistenciais¹³ prestados pela assistência, contribuindo para a superação das situações de vulnerabilidade social. Da criação da Constituição Federal de 1988 até promulgação da LOAS em 1993, nem

¹³ Atividades continuadas que visam à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos pela LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social (MDS, ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2014).

todos os órgãos federativos incluíam a assistência social em seu campo de políticas e ações sociais. Através da Política da Assistência Social se pode aumentar o campo de proteção social dos brasileiros, ampliando a cobertura do direito à cidadania e superando a noção de proteção social restrita ao campo da caridade.

Para que haja consolidação da passagem da esfera filantrópica para a esfera do direito, com controle da sociedade civil e garantia jurídica ao acesso, devem ocorrer mudanças na atuação das instituições assistenciais que na maioria das vezes, se fundamenta no princípio da caridade, amor ao próximo e compaixão para com aquele em situação de risco social (SILVA, 2003).

Torna-se perceptível que o estabelecimento de um novo modelo para política de assistência social, modelo esse que desmistifique a ideia propagada na sociedade de que a assistência à população carente de bens e serviços deve basear-se na concepção de caridade é necessária à superação de antigas práticas e conceitos, de como os usuários veem a assistência social do qual são objetos, e ainda a certificação de que possuem a noção do direito ou se confundem a antiga prática caritativa com a ideia de assistência social como política pública garantida pela constituição.

Mesmo com todos os avanços alcançados até hoje com a consolidação de leis que visam à melhoria de vida da população, a situação das famílias vulneráveis ainda é alarmante. O enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais requer não só do estado, mas também da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais e entidades como a Igreja Católica, um olhar que esteja direcionado ao menos favorecido pelo sistema capitalista.

A Assistência Social como política pública se difere de ações sociais realizadas pelas entidades da sociedade civil não só por estar baseada em um direito, mas também por possuir um direcionamento contínuo. Dessa forma, não concede apenas um benefício socioassistencial, garante-se a essa família o acompanhamento da sua situação social em um todo. A família é o centro da atenção na Assistência Social, através do seu acompanhamento é possível descobrir uma situação de vulnerabilidade social que inicialmente não foi o motivo o usuário a buscar o atendimento.

Nas ações assistenciais de caridade o comum é que um único público seja alvo da ação. No caso das Pastorais Sociais, por exemplo, o alvo pode ser a Criança, o menor, o idoso ou do homem do campo, trabalhados separadamente. O líder pastoral não está preparado para lidar com outra situação, se não, a que ele foi capacitado. Dessa forma, dificilmente o líder conseguirá perceber e saber lidar com outras faces da questão social se não a que se encontra dentro dos alvos pastorais. Vale resaltar que, como o líder trabalha voluntariamente, não

possui o mesmo tempo que os profissionais da assistência social possuem para se capacitar e dessa forma desenvolver um trabalho melhor junto às famílias.

Os Conselhos de Assistência Social contam com a participação tanto dos profissionais da área quanto com a de membros de entidades, sociedade civil e movimentos sociais. Analisam a realidade local em relação às questões de desigualdade social e traçam caminhos para o seu enfrentamento. Formulam políticas sociais que irão intervir diretamente na realidade de crianças, jovens, gestantes, idosos e qualquer um que esteja passando por situações de vulnerabilidade. O Estado está no centro das atenções, pois ele que regula, normatiza e executa as políticas de proteção social.

3.3 A caridade Cristã

Como exemplo a Igreja Católica, a caridade se nota através de ações de instituições assistenciais e das pastorais sociais. Essas instituições mobilizam voluntários de diversas áreas em ações pastorais que crescem em números com o passar dos anos. Estão inseridas em locais de pequena visibilidade, áreas estas que são pouco lembradas ou até esquecidas pelo poder público, sendo as ações voluntárias, em muitos casos, as únicas ajudas para sobreviver diante da desigualdade social que esses indivíduos vivem.

O Setor Pastoral Social e suas respectivas pastorais específicas e organismos procuram, entre seus parceiros e atores sociais distintos, sublinhar a importância de manter as portas sempre abertas aos mais diferentes caminhos de busca pessoal e coletiva. A fé, esperança e caridade/solidariedade, a libertação sócio-política, a realização pessoal, o sentido da vida e a resposta salvífica ao Plano de Deus – dimensões fundamentais da vida humana – não são monopólio de ninguém nem de nenhuma Igreja em particular, mas resultado de uma estrada aberta à participação do maior número de pessoas (CNBB, 2001, p. 38).

No caso da caridade cristã a solidariedade é o ponto central da discussão. A solidariedade é o sentimento de dever e de responsabilidade para com a situação que se encontra o seu “próximo”. É uma ajuda mútua que se torna mais importante quando é transformada em ações concretas que levam ao foco do problema soluções para aquele que se encontra em situações desfavoráveis, incentivando a superação, seja por meio de ações emergenciais e fragmentadas ou através do engajamento em movimentos sociais.

Essas ações poderiam permitir a organização dos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho, saúde, educação e habitação, o que elevaria o seu nível de vida e o encaixaria numa melhor condição social. A ideia de solidariedade nos últimos anos tem levado a ações solidárias fundamentadas em valores como reciprocidade, união e

colaboração entre grupos sociais distintos, como patrão e empregado, ricos e pobres (SILVA, 2006, p. 339).

A Igreja Católica, que antes possuía um poder político expressivo na sociedade, perdeu espaço e por isso adotou uma postura mais ativa diante dos problemas sociais. O espírito caritativo está inserido como pertencente à natureza da Igreja Católica, está na sua essência. Tendo como base para ações de caridade a ética cristã e o amor ao próximo, que a Igreja volta os olhos para os mais necessitados. Ainda de acordo com Silva (2006),

A Igreja Católica, por sua longa experiência e tradição na prática de ajuda à população em situação de carência, qualquer que seja ela, desenvolve através de seus membros, ações voltadas para o atendimento a essa população, seja a partir de ações individuais ou de instituições assistenciais (p. 329).

A caridade cristã baseia-se na ajuda e amor ao próximo pregada pela Igreja Católica. Segundo Castel, é uma “economia de salvação”, “desgraçado”, “lastimado ou até mesmo desprezado”, o pobre pode ser instrumentalizado enquanto meio privilegiado para que o rico pratique a maior das virtudes cristã, a caridade. E a faz, para que dessa forma, possa obter sua salvação (2010, p. 64).

Na pesquisa de campo foi possível perceber que o emissário da Igreja para o trabalho social não é o rico, mas um indivíduo de situação social quase que idêntica ao do grupo atendido. São trabalhadores assalariados, que vivem na mesma comunidade que a população alvo, ou seja, no caso da Pastoral da Criança de Acarape, o “rico” não está buscando a “salvação” por meio do trabalho voluntário, mas sim alguém da mesma classe social. Porém, a obtenção da salvação, como menciona Castel (2010), é um dos pontos que motivam o líder comunitário a desenvolver essas ações. Estes não usaram durante as entrevistas o termo “salvação” para caracterizar o objetivo do seu trabalho, contudo mencionam que o reconhecimento de Deus é o único que eles esperam, levando a crer que estejam guiados pela fé na “salvação”, neste caso, a salvação da “alma”.

Assim, o trabalho voluntário aparece como responsabilidade social e solidariedade baseada nos princípios cristãos e nos valores religiosos pregados pela Igreja Católica, um dever moral de fraternidade, ajuda ao próximo e sensibilidade para com as questões de desigualdade social presentes desde os escritos bíblicos e encíclicas papais, como essenciais para o ser humano que busca dar continuidade ao trabalho de Deus na terra.

3.4 Pastoral da Criança e o Direito Social

Em relação à forma de aproximação dos voluntários com o público-alvo a ser atendido a CNBB destaca:

Aí está o ponto de partida para cada Pastoral Social. Conhecer os caminhos por onde andam, moram e trabalham os pobres. Isso exige “perda de tempo”, visitas, trabalho de formiguinha – um verdadeiro corpo-a-corpo com o cotidiano das pessoas, grupos e categorias sociais. Exige também estudo e pesquisa, no sentido de um conhecimento mais aprofundado sobre as causas e conseqüências da exploração e da pobreza. Exige, ainda, uma presença contínua junto aos porões da sociedade. E exige, por fim, fazer-se forasteiro para conseguir um grau mais profundo no processo de inculturação (2001, p. 26).

A pobreza passou a ser observada como risco social a partir da precarização do trabalho e das relações do capital. A partir daí surgiram diversas medidas de proteção social que foram, desde os primeiros modelos de caridade impostos pela Igreja Católica, até torna-se responsabilidade do Estado em intervir e garantir a população os mínimos sociais¹⁴.

A diferença do trabalho realizado em uma Pastoral da Criança para o realizado em uma política social está principalmente na garantia constitucional. Ninguém pode, por lei, ter assistência social negada, e se de alguma maneira o indivíduo tiver sua integridade posta em risco o estado pode intervir para garantir seu bem estar. No caso da Pastoral, o indivíduo só recebe ajuda se ele permitir ser acompanhado pelo líder.

Na Pastoral da Criança o líder segue apenas o que indica a CNBB e os organismos ligados a pastoral, obtendo orientação através de capacitações. O repasse de ajuda financeira que as pastorais recebem é limitado, o que não colabora para um trabalho mais eficaz. Dessa forma, a pastoral da criança está baseada na orientação das famílias, no trabalho de prevenção de doenças e no acompanhamento do desenvolvimento físico e social da mãe e da criança.

Já a política da assistência garante ao indivíduo não só a orientação quanto aos seus direitos, ela garante acompanhamento social e concede desde benefícios eventuais à capacitação dos beneficiários através de cursos profissionalizantes concedidos aos que se encaixam no perfil de socialmente vulneráveis.

Como se sabe, os direitos sociais se prestam a realizar a “equalização” de situações desiguais. Uma das essências das normas que os expressam é o fato delas conterem elementos sócio-ideológicos que revelam o compromisso das constituições contemporâneas na edificação do Estado Democrático de Direito; são elas garantidoras da dignidade humana, consolidando, dessa forma a liberdade, igualdade e fraternidade (CARVALHO, 2008, p. 25).

A Pastoral da Criança possui convênio com o poder público, onde é

¹⁴ São eles: Saúde, educação, moradia e habitação. (YAZBEK, 2012)

disponibilizado pelo Ministério da Saúde repasse financeiro com o intuito de fortalecer o Sistema Único de Saúde – SUS, através de ações conjuntas e integradas. Em parceria com o Ministério a pastoral da criança reforça a importância das campanhas de vacinação, Soro Caseiro, Tuberculose entre outras campanhas realizadas para trabalhar a saúde e a higiene da criança. Yazbek (2012) propõe que:

(...) a política de assistência social seja realizada de forma integrada e articulada às demais políticas sociais setoriais, para atender às demandas de seus usuários. Isto significa que o destinatário da ação social deve ser alcançável pelas demais políticas públicas. Não podemos esquecer que o sujeito alvo dessas políticas não se fragmenta por suas demandas e necessidades, que são muitas e heterogêneas. Estamos tratando das condições de pobreza que afetam múltiplas dimensões de vida e de sobrevivência dos cidadãos e de suas famílias (p. 313).

Diante disso, torna-se necessária a parceria entre as entidades religiosas, movimentos sociais e poder público. Contudo, é necessário que o usuário não esteja preso a uma só política, programa ou projeto, visto que normalmente os grupos sociais menos favorecidos apresentam demandas para diversas políticas públicas. Isso também é possível com a articulação entre pastorais, nesse caso o importante é que o público alvo consiga acessar a ação solidária ou o seu direito social enquanto cidadão, mas acima de tudo que esteja ciente do tipo de ação que está acessando, para que reconheça seus direitos sociais e não seja influenciado ou iludido quanto à finalidade de uma ação direcionada a ele. Deve ser perceptível ao usuário no momento em que está tendo acesso a uma política social, quanto sujeito de direitos, ou quando está recebendo ajuda caritativa, seja por intermédio de uma instituição religiosa ou qualquer outra esfera da sociedade civil.

CONCLUSÃO

A Igreja Católica, desde os séculos passados, sempre considerou a caridade como virtude cristã. Desta forma, usou sua força de mobilização para através de seus adeptos mais engajados, chegar até o indivíduo menos favorecido dentre as classes sociais. Foi através da ajuda da elite que os primeiros trabalhos, ditos sociais, foram realizados. Os interesses eram dos mais diversos, tanto por parte da Igreja quanto por parte da burguesia.

Os reformistas defenderam um modelo cristão engajado nas causas sociais e de mudança do mundo. A Igreja deveria lutar pela justiça social enviando acalento aos que sofriam com as mazelas causadas, em grande parte, pela própria burguesia. Já a burguesia, transformava as “damas de caridade” em agentes sociais, que desenvolvendo este trabalho conquistariam um lugar no céu. Um tipo de bondade que carrega consigo toda uma natureza de benefícios próprios, que visam inicialmente atingir os seus interesses como classe mais favorecida.

As Pastorais sociais foram criadas para enfrentar a questão social, devendo estar presentes em todas as paróquias e comunidades. O trabalho realizado se difere do realizado pelas primeiras agentes sociais de caridade por seu caráter institucional. As pastorais seguem as normas da CNBB. São organizadas e realizam prestação de contas tanto em âmbito interno como externo, divulgando continuamente os dados em site oficial. São bem estruturadas por terem desde a sua criação uma missão específica e bem dividida, estando presente onde à carência em uma devida área é devidamente comprovada.

Diferente das ações sociais das damas de caridade, que realizavam trabalhos de forma aleatória e baseados na solidariedade e no “amor ao próximo”, não tendo uma fiscalização de como o trabalho estava sendo feito, o “agente social” de hoje além de dar informações básicas de saúde e higiene informa aos seus atendidos da existência de políticas públicas e sociais que podem auxiliar no seu desenvolvimento e no de sua família.

Mesmo que a Igreja tenha novamente se preocupado com a questão social, e que se mantenha de alguma forma ligada ao Estado, ela hoje reconhece direta ou indiretamente a eficácia deste, mesmo que de forma limitada. Porém, se a Pastoral da Criança recebe repasse público para, entre outras coisas, contribuir com campanhas do Ministério da Saúde, destinadas ao público infantil, por que esses investimentos não são feitos diretamente a

profissionais como agentes de saúde, que realizam trabalho semelhante ao dos líderes pastorais? Talvez por que ainda seja relevante para o Estado manter relações cordiais e de cooperação com organismos da Igreja Católica.

As ações da Pastoral da Criança, em Acarape – CE, são realizadas no âmbito da informação e do contato através do encontro mensal denominado “Dia de Celebração da Vida”. Para este encontro as líderes contam apenas com o pouco repasse da CNBB, que é referente à quantidade de crianças acompanhadas. Porém, é possível ver a presença da mão do Estado na pastoral durante as mobilizações de campanhas do Ministério da Saúde, e quando representantes da Pastoral da Criança são convidados para participar de encontros que decidem políticas para o público acompanhado por ela, por conhecerem de perto sua realidade.

A Pastoral da Criança, através dos líderes, trabalham para o desenvolvimento saudável de crianças de 0 à 6 anos. Em Acarape – CE, o líder não trata durante as visitas de questões religiosas, trabalham exclusivamente o cuidado com a gestação e a criança. Pelos menos foi isto que pude concluir com as entrevistas, mas a maneira como o líder se reporta e convive com a família traz traços da religiosidade católica. A organização do discurso, as vestimentas, o simbolismo cristão, são pontos que remetem a religião. A maneira como relatam a satisfação de realizar um trabalho voluntário mostra que convivem diariamente com este sentimento de missão cumprida, como cristãos, e desta forma levam este sentimento até às famílias acompanhados por estes.

A solidariedade pregada durante as formações reforça a sensação de cumprimento de um dever relacionado à Deus, o que é repassado às famílias mesmo que de forma indireta, visto que este discurso esteve presente durante todas as entrevistas. O objetivo do trabalho caritativo realizado hoje, em comparação com o realizado no século XIX, deixa claro que a satisfação pessoal é objetivo comum em ambos os momentos históricos. Porém, atualmente, aquele que realiza o trabalho voluntário busca criar um saldo positivo com Deus, visto que antes o objetivo era liquidar uma possível dívida.

Contudo hoje não existe uma hierarquia social que separe quem realiza e quem recebe o trabalho voluntário, pois o agente social está inserido na mesma classe, o proletariado.

Mesmo que a assistência social como um direito tenha nascido ligada à noção de caridade, e que até hoje muitos direitos sejam realizados com viés caritativo, as conquistas alcançadas por meio da constituição e de políticas públicas e sociais fazem do indivíduo um

cidadão de direitos, onde a informação ainda tem o papel principal para que esta garantia seja alcançada.

A ação social da Igreja Católica atualmente, mesmo estando baseada na solidariedade, dá ao seu público, acima de tudo, a informação do direito que pode ser acessado. O líder conscientiza à gestante da importância do pré-natal, da vacinação para mãe e para a criança e de cuidados importantes durante o desenvolvimento desta. Estes serviços são ofertados pelo Estado e não dependem de raça, religião, cor ou etnia para que possam chegar até o usuário.

Tanto são novos os modelos de “caridade” católica baseados nas Pastorais Sociais, como o modelo vigente de assistência social ao vulnerável, garantido pela Constituição de 1988. Existe uma rede de serviços que hora ou outra se interligam, dentro ou fora do âmbito público, por meio das pastorais ou de outras iniciativas da sociedade civil. Muitos são os meios de enfrentamento da questão social até hoje, sejam eles inventados ou reinventados ao longo do tempo pelas diversas instituições que voltam os olhos para este processo, o importante é que este usuário, pertencente à parcela vulnerável da população possa ter acesso à política pública e ao trabalho social voluntário, cada um cumprindo seu papel de maneira que quem está acessando possa ter consciência do que está acessando, se por direito social ou pela solidariedade cristã.

Através desta observação, torna-se perceptível que a superação ou não das antigas práticas de caridade dependem dos prestadores deste serviço, para que estes sejam responsáveis pela consolidação dos direitos sociais do seu público atendido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Graziela F. de. **A assistência social no Brasil: da Caridade ao direito.** Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em direito. RJ: PUC, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário;** tradução de Iraci D. Poleti. 9. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2010.

Constituição Pastoral. **Gaudium et Spes: sobre a Igreja no mundo contemporâneo.** Encíclica papal, Papa Paulo VI, no dia 7 de Dezembro de 1965.

CNBB. Cartilhas de Pastoral Social. **O QUE É PASTORAL SOCIAL? N°1.** 2001.

LÖWY, Michael. **A guerra dos Deuses: Religião e Política na América Latina.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985).** São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINELLI, Maria L. **Serviço Social: Identidade e Alienação.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Guia do líder da Pastoral da Criança;** 10. ed. Curitiba, 2007.

SILVA, Claudia N. **Assistência social e caridade: convergências e divergências.** Seminário Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 26, p. 3-14, set. 2005.

_____. **Pastorais Sociais Na Região Londrina: Ações e Contribuições – Uma abordagem na perspectiva dos atendidos.** Anual de Iniciação Científica. Unioeste - Foz do Iguaçu- Pr. 2003.

_____. **Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n° 15, jan/jun 2006, p. 326-351.

YAZBEK, Maria C. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

REFERÊNCIAS DE WEBSITE

BRASIL. Previdência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

MDS. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/>> Acesso em: 22 abr. 2014.

PASTORAL DA CRIANÇA. Disponível em <http://www.pastoraldacrianca.org.br/pt/> Acesso em: 24 de abr. 2014

PORTAL GLÓRIA DA IDADE MEDIA. Disponível em <<http://gloriadaidademedial.blogspot.com.br/2011/04/confrarias-de-mestres-e-operarios-deum.html>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

REVISTA ECOLÓGICO. Disponível em <<http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=59&secao=867&mat=937>> Acesso em: 22 abr. 2014.

Entrevistas:

Entrevista 01 – Maio de 2014 – Acarape – CE.

Entrevista 02 – Junho 2014 – Acarape – CE.

Entrevista 03 – Julho – 2014 – CE.